

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADEMICA DE EDUCAÇÃO
CURSO: LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

ANA PAULA DE SOUSA FERREIRA BERTO

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: a importância do Atendimento Educacional Especializado (AEE) no Município de São José de Piranhas/PB

CAJAZEIRAS-PB
2024

ANA PAULA DE SOUSA FERREIRA BERTO

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: a importância do Atendimento Educacional Especializado (AEE) no Município de São José de Piranhas/PB

Trabalho de conclusão de curso -TCC, apresentado ao Curso de Pedagogia, da Universidade Federal de Campina Grande-UFPG, como requisito obrigatório para obtenção do grau de Licenciatura em Pedagogia.

Orientador (a):Nozângela Maria Rolim Dantas

CAJAZEIRAS
2024

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação -(CIP)

B545e Berto, Ana Paula de Sousa Ferreira.
Educação inclusiva: a importância do Atendimento Educacional Especializado (AEE) no município de São José de Piranhas /PB / Ana Paula de Sousa Ferreira. – Cajazeiras, 2024.
40f.
Bibliografia.

Orientadora: Profa. Dra. Nozângela Maria Rolim Dantas.
Monografia (Licenciatura em Pedagogia) UFCG/CFP, 2024.

1. Educação inclusiva - São José de Piranhas- Município - Paraíba. 2. Atendimento Educacional Especializado. 3. São José de Piranhas. I. Dantas, Nozângela Maria Rolim. II. Título.

UFCG/CFP/BS

CDU – 376(813.3)

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Denize Santos Saraiva Lourenço CRB/15-046

ANA PAULA DE SOUSA FERREIRA BERTO

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: a importância do Atendimento Educacional Especializado (AEE) no Município de São José de Piranhas/PB

Aprovado em: 18/07/2024

BANCA EXAMINADORA

Nozângela Maria Rolim Dantas

Orientadora - Professora Dra. Nozângela Maria Rolim Dantas-UAE/CFP/UFCG

Suzi Alves Montiel

Examinador 1- Professora Dra. Suzi Alves Montiel

Raquel Leão de Bastos

Examinador 2- Me. Raquel Leão de Bastos

CAJAZEIRA-PB

2024

Dedico esse trabalho ao meu filho Antônio Neto, que foi o meu incentivo para acreditar no processo e alcançar o meu propósito e o motivo da minha pesquisa e escolha do curso de Pedagogia.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiro a Deus por ter permitido e me capacitado com sabedoria para conseguir concluir o curso de licenciatura em Pedagogia e por ter me dado o melhor presente divino o meu filho, meu incentivo para nunca desistir de tentar.

Agradeço a minha família, em especial minha mãe Paulinha, que me apoiou e quando muitas vezes pensei em desistir foi o meu suporte e sempre incentivando que seria capaz de conseguir e acreditou no meu processo de formação e meu pai Antonio (*in memoria*) que é a minha estrela mais linda no céu.

Agradeço a docente Claudiana que desempenha seu trabalho com excelência

Agradeço a todos os discentes do curso de Pedagogia a turma 2018.2 que me acompanharam nesse processo de aprendizagem.

Agradeço aos meus amigos em especial, Jucy, Jorge, Conceição, Raquel Lima e Raquel Leão que ao longo do curso me ajudaram a caminhar nesse processo.

Agradeço a todos os docentes do Centro de Formação de Professores que contribuíram para o meu processo de ensino.

Agradeço a minha orientadora, Nozângela Maria, que me auxiliou e dedicou o seu tempo para me ensinar. Gratidão por todo o suporte e dedicação ao longo do curso.

Agradeço as docentes que atuam com muita dedicação a atendimento educacional especializado.

Agradeço aos docentes da minha banca examinadora que dedicaram o seu tempo para fazer parte desse meu processo de formação.

“Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção”

(Paulo Freire)

RESUMO

Observando o cenário da Educação Inclusiva no município de São José de Piranhas, esta pesquisa faz uma reflexão sobre a importância do Atendimento Educacional Especializado (AEE) na inclusão do aluno com necessidades especiais no processo de aprendizagem na sala regular. Ponderando as políticas públicas vigentes relacionadas a Educação Inclusivas que possam garantir que esse atendimento seja eficiente e se tem algum tipo de assistência oferecida pelo município para obter uma educação de qualidade e equitativa. A pesquisa é de cunho qualitativo de caráter exploratório, na qual foram realizadas entrevistas semiestruturadas com dois profissionais da Educação Inclusiva no referido município. A partir das análises da pesquisa, destaca-se os avanços ocorridos no ano de 2023 na educação inclusiva no município e a necessidade de maiores investimentos para a sala de recurso do AEE e um olhar de equidade para os educandos que tem algum tipo de necessidades educacionais específicas para desenvolver as atividades acadêmicas.

Palavras- chaves: Educação Inclusiva. Atendimento Educacional Especializado. São José de Piranhas.

ABSTRACT

Observing the scenario of Inclusive Education in the municipality of São José de Piranhas, this research reflects on the importance of the Specialized Educational Service (SES) in the inclusion of students with specific needs in the learning process in the regular classroom. Considering the current public policies related to Inclusive Education that can ensure that this service is efficient and if there is any type of assistance offered by the municipality to obtain a quality education equitable. The research is of a qualitative nature of exploratory character, where semi-structured interviews were carried out with two professionals of Inclusive Education in the referred municipality. Based on the analysis of the research, it is to highlight the advances that occurred in the year 2023 in inclusive education in the municipality and the need for greater investments for the AEE resource room and a look at equity for students who have some type of specific educational needs to develop academic activities.

Keywords: Inclusive Education. Specialized Educational Service. São José de Piranhas.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE – Atendimento Educacional Especializado

Inep– Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

MEC – Ministério da Educação

TEA – Transtorno Espectro Autista

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA NO BARSIL E NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DE PIRANHAS.....	15
2.1 EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA E CONSTITUIÇÃO DE 1988.....	15
2.2 DESCOMPLICANDO O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO.....	18
2.3 O AEE E O MUNICÍPIO.....	21
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICO.....	23
4 ANÁLISES.....	26
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	31
REFERÊNCIAS.....	33
APÊNDICE I TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIMENTO.....	36
APÊNDICE II ENTREVISTAS.....	39

1 INTRODUÇÃO

Ao longo do meu processo de formação no curso de licenciatura em Pedagogia, me apaixonei por uma das disciplinas ofertadas que foi, a de Educação Inclusiva ministrada pela professora doutora Nozângela Maria Rolim Dantas, na qual traz a perspectiva que para uma inclusão efetiva no contexto escolar as crianças com deficiência, necessitam de uma equidade e adaptação curricular para conseguir um desenvolvimento acadêmico e social satisfatório.

Observando o processo educacional atual do município de São José de Piranhas/PB surgiu uma inquietação para compreender como acontece a inclusão das crianças com deficiências e compreender quais os principais desafios para trabalhar com esse público-alvo da Educação Especial, como ênfase em uma importante ferramenta utilizada para essa inclusão, que é o Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Nessa pesquisa tem como questão problematizadora: Qual a importância do AEE no município de São José de Piranhas-PB e os benefícios que esse atendimento proporciona no processo de ensino e aprendizagem da criança com deficiências?

Esse trabalho tem como objetivo geral analisar a Educação Inclusiva no município de São José de Piranhas com ênfase no Atendimento Educacional Especializado ,levando em consideração os principais desafios para que esse tipo de atendimento possa avançar na perspectiva de inclusão, compreender as políticas públicas vigentes no Brasil relacionadas a Educação Especial Inclusiva que possam ser utilizadas para uma educação de qualidade, metodologias e recursos que desenvolvam os alunos com sujeitos ativos e refletir sobre os avanços ocorridos a partir do ano de 2023, a Educação Inclusiva no município de São José de Piranhas.

Esse trabalho é relevante porque procura contribuir com reflexões que busquem promover a inclusão da criança, tanto na escola, quanto fora dela. No sentido de que se possa também, promover a autonomia da criança no processo educacional e concomitantemente reforçando a importância da formação continuada do pedagogo para atuar na sala de AEE.

A escolha dessa temática apresenta-se por uma motivação pessoal, diante da experiência de ser mãe atípica e ter um filho com T21(Síndrome de Down). Observando o grande desafio que seria incluí-lo no processo educacional na sala regular, uma vez que, também possui deficiência intelectual e conseqüentemente algumas limitações. Devido a essas características específicas do T21 ele precisa de mais estímulos para conseguir compreender determinadas atividades. Embora seja acompanhado por uma equipe multidisciplinar há anos fora da escola, o atendimento do AEE foi relevante para desenvolver a atenção, a concentração e a coordenação motora, visto que, apresentava dificuldades nessas áreas, realizando na maioria das vezes as atividades deitado no chão e sem muito interesse de realizá-la. Contudo, devido à dedicação da pedagoga que o atende, a qual sempre busca elaborar atividades que chame sua atenção, estamos conseguindo grandes avanços, tanto na fala como na coordenação motora fina, que auxilia no processo de ensino e aprendizagem.

A escolha pelo curso de Pedagogia, foi justamente o processo educacional do meu filho que no primeiro contato com ambiente escolar ele não estava sendo incluído em sala, apenas integrado e por não aceitar a situação que encontrei ele em sala de aula no chão, sozinho no canto da parede jurei pra mim que nunca mais isso aconteceria com ele, acreditando que a educação pode transformar pessoas através do conhecimento e o processo de inclusão necessita de muita dedicação e afeto, quem melhor do que uma mãe para lutar pelo direito do seu filho.

Pesquisar sobre essa temática é acreditar que o impossível só existe pra quem desiste de tentar, analisando que apesar de todos os desafios para incluir ainda existe profissionais que se dedicam com excelência no seu trabalho e fazem de forma extraordinária a inclusão acontecer, já que a crianças tendo os estímulos certos e uma adaptação curricular correta ela pode se desenvolver plenamente no campo acadêmico e social.

Até o ano de 2023, embora existam 17 escolas públicas de ensino fundamental, o município de São José de Piranhas conta com uma única sala de recurso multifuncional, na qual funciona o Atendimento Educacional Especializado(AEE), e assim ficando muitas crianças sem vaga para esse tipo de atendimento, outro empecilho é falta de informação sobre esse tipo de

atendimento fazendo com que as famílias pensem que o AEE é um tipo de reforço escolar e outros nem sabem que existe esse tipo de Atendimento Educacional Especializado e para que serve.

Esse trabalho aborda em seu referencial teórico uma sessão Educação Especial e Inclusiva no Brasil e no município de São José de Piranhas, dividida em três sub tópicos para a compreensão da temática. No primeiro, discute sobre Educação Especial Inclusiva e a Constituição de 1988, buscando compreender as políticas públicas vigentes relacionada a educação e os seus marcos históricos para aquisição de direitos das pessoas com deficiência. No segundo sub tópico traz descomplicando Atendimento Educacional Especializado (AEE) e breves considerações, refletindo como essa importante ferramenta da educação inclusiva pode contribuir no processo de ensino e aprendizagem. No último sub tópico sobre o funcionamento do AEE no município de São José de Piranhas. Na metodologia, são descritas o processo de como foram realizadas as entrevistas e todo o caminho percorrido para a coleta dos dados. Na Análise dos dados é realizada as reflexões e discussões necessárias sobre as entrevistas feitas com duas profissionais da Educação Inclusiva com foco no AEE. Por fim, nas considerações finais, que faz uma breve análise do trabalho e dos seus principais achados, encerrando com a apresentação das referências utilizadas na construção do corpo do texto.

2 EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA NO BRASIL E NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DE PIRANHAS

Nessa seção será ponderada inicialmente, o progresso da inclusão educacional no Brasil a partir do ano de 1990; os direitos garantidos na Constituição de 1988 a pessoa com deficiência no contexto educacional. Posteriormente foi feita uma breve contextualização do município de São José de Piranhas dando ênfase aos avanços a partir do ano de 2023 nesse processo de inclusão em projetos, ações, leis e o funcionamento do AEE no município

2.1 Educação especial e inclusiva e a Constituição de 1988

Por muitos anos a pessoa com deficiência era invisível para sociedade já que por sua vez era considerada como ser incapaz de aprender e impossibilitada de viver com os outros indivíduos. Diante desses acontecimentos, familiares, amigos e pessoas com algum tipo de deficiência começaram a lutar para que seus direitos fossem cumpridos como determinava na Constituição de 1988 na qual, determina no Artigo 5º:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...] (Brasil, 1988).

Em 1994 a educação inclusiva teve um marco no seu processo, na Conferência Mundial sobre Educação Especial em Salamanca, na Espanha, obteve a Declaração de Salamanca que é um documento que estabelece os princípios e as práticas relacionadas a educação inclusiva. Assim está determinado nesse documento no 2º artigo que:

[...] toda criança tem direito a educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem, respeitando as suas habilidades e necessidades que são únicas e para aqueles que tem necessidade educacionais especiais em sala regular a Pedagogia trabalhada deveria ser centrada na criança com o objetivo de tornar o processo de ensino e aprendizagem adequado tornando assim as escolas e a sociedade mais acolhedoras (Brasil, 1994).

Além desse e outros eventos documentos essenciais para o processo educacional da pessoa com deficiência, esse documento também tem como objetivo o de colaborar com as diretrizes básicas para a formulação e reforma das políticas e sistemas educacionais.

Esse documento declara que os governantes adotem o princípio de Educação Inclusiva em forma de lei ou de política, matriculando todas as crianças em escolas regulares, a menos que existam fortes razões para agir de outra forma e que no contexto de uma mudança sistêmica, programas de treinamento de professores, tanto em serviço como durante a formação.

Observa-se que apesar desse documento já ter três décadas os avanços no sistema educacional ainda são insuficientes, pois incluir não é apenas garantir a vaga do aluno na sala de aula, e estimular as possibilidades de permanecer e ter acesso a uma educação de qualidade, mas dar condições do aluno com deficiência permanecer na escola e aprender como qualquer outra criança.

Outro marco nesse processo foi a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), sancionada em dezembro de 1996, que visa orientar o sistema educacional brasileiro, estabelecendo os princípios e diretrizes para a educação no país. Para melhor elucidar os princípios da LDB destacamos:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;**
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- XIII - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida.
- XIV - respeito à diversidade humana, linguística, cultural e identitária das pessoas surdas, surdo-cegas e com deficiência auditiva.** (Brasil, 1996, grifo nosso).

O que se observa nesses princípios é o respeito a diversidade humana que visa construir uma sociedade mais inclusiva e isso deve partir do processo educacional porque trabalha o ser humano no seu integral, desde a sua tenra idade e para a convivência em sociedade. Logo, a LDB, pelos seus princípios já exposto, procura promover uma educação, não só de qualidade, mas também que ela seja inclusiva, democrática e comprometida com o desenvolvimento pleno dos estudantes e a formação de cidadãos conscientes e preparados para enfrentar os desafios da vida.

Apesar de ser uma luta de décadas a inclusão no Brasil iniciou a partir do ano de 1990, as pessoas com deficiência começaram a conviver nos mesmos ambientes que os outros indivíduos sendo respeitadas as suas especificidades.

Em 2015 foi constituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), que garante assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. Segundo o Estatuto da Pessoa com Deficiência considera pessoa com

[...] deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (Brasil, 2015).

Evidenciando que tanto a Educação Especial quanto a Educação Inclusiva compartilham o princípio fundamental de garantir o acesso igualitário à educação de qualidade para todos os alunos. Enquanto a Educação Especial refere-se ao conjunto de práticas educativas e serviços destinados a alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, sejam elas decorrentes de deficiências, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação fornecendo apoio específico e adaptado a esses alunos. Educação Inclusiva é definida como um movimento educacional que defende o direito de todos os alunos, independentemente de suas condições individuais, de participarem plenamente da educação regular, promovendo uma abordagem centrada na diversidade e na valorização das diferenças, buscando adaptar o ambiente escolar e os processos de ensino-aprendizagem para atender às necessidades de todos os estudantes, independentemente de suas características individuais.

Esse processo de inclusão das pessoas, conforme Sasaki (1997) com deficiência passou por diferentes estágios ao longo do tempo, refletindo mudanças na percepção social e nas políticas públicas, o primeiro estágio foi a exclusão, na qual as pessoas com deficiência foram frequentemente excluídas da participação plena na sociedade. Isso ocorreu devido a atitudes discriminatórias, falta de acessibilidade física e social, e barreiras que impediam sua integração em diferentes aspectos da vida social, educacional e profissional;

em seguida veio a segregação as pessoas com deficiência foram segregadas em instituições específicas, escolas separadas, ou ambientes residenciais especializados. A segregação era baseada na ideia de que eles precisavam de cuidados especiais e não poderiam participar plenamente da vida comunitária; outro estágio foi da integração, que foi um passo relevante buscando incluir pessoas com deficiência em escolas e locais de trabalho comuns. No entanto, muitas vezes isso acontecia de maneira limitada, sem considerar plenamente suas necessidades individuais ou proporcionar suporte adequado para sua participação efetiva e o último estágio da inclusão é o considerado mais avançado e aspiracional. Envolve não apenas a presença física de pessoas com deficiência em diversos contextos sociais, mas também a criação de ambientes acessíveis, o reconhecimento de suas habilidades e contribuições, e o apoio necessário para que participem plenamente e de forma igualitária na sociedade. Ao longo do tempo, as políticas e práticas têm evoluído para promover a inclusão das pessoas com deficiência, reconhecendo que todos têm o direito fundamental de serem valorizados e de contribuir conforme suas capacidades individuais.

Com base nas legislações que organizam a modalidade de Educação Especial, no ano de 2008 surge uma considerável ferramenta para a inclusão de alunos com deficiência, o Atendimento Educacional Especializado (AEE), sendo composto com a incumbência que opera na oferta de recursos de acessibilidade que visam à participação e a aprendizagem dos alunos público alvo da Educação Especial no ensino comum, portanto esse atendimento tem como objetivo assegurar o aluno com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação tenham acesso ao atendimento especializado necessário para seu desenvolvimento educacional.

2.2 Descomplicando o Atendimento Especializado Educacional (AEE)

Neste tópico serão discutidas, as conceituações iniciais, que contribuem para melhor compreender a relevância das salas de recursos multifuncionais que ocorre o Atendimento Educacional Especializado. Atualmente, as discursões a respeito da educação inclusiva encontram-se em evidência, uma vez que, as crianças independentemente de suas particularidades, precisam estar incluídas

em ambientes que favoreçam seu desenvolvimento. As salas de recursos multifuncionais implantadas pelo Ministério da Educação (MEC) tem sido um imperativo na área da educação, ao considerá-la como espaço físico que possibilita a criação do desenvolvimento de práticas inclusivas que favorecem a aprendizagem.

No que se refere-se aos aspectos de natureza epistemológica da educação, deve-se considerar que as salas de recursos são implementadas nas escolas de todo o país. Cada escola tem uma história e um contexto de prática e relações. Por isso é importante pensar sobre a sala de recurso em um lugar que tenha as suas próprias leis e culturas estabelecidas (Siluk; Pavão, p.17, 2015).

Conforme Guareschi, Silva e Turchiello (2014) acerca da atual Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva o AEE é oferecido aos alunos de forma complementar ao ensino regular, considerando suas necessidades específicas. Desse modo, o AEE possui como objetivo incluir as pessoas com deficiência no contexto escolar sendo uma ferramenta importante que auxilia nesse processo de inclusão escolar.

Segundo Oliveira (2016) “as salas de AEE tem como público-alvo as crianças que possui deficiência intelectual, transtornos globais e desenvolvimento e de altas habilidades/superdotação”.

É significativo salientar que o AEE é garantido pela lei de nº 6.571/2008, porém não é obrigatório a frequência do aluno no AEE, pois é um serviço de apoio oferecido ao aluno com deficiência transtorno globais de desenvolvimento ou altas habilidades superdotação e sua família poderá optar ou não pelo atendimento

Nesse sentido, as salas devem disponibilizar vários recursos para abranger todas as modalidades de educação inclusiva. Que conforme Oliveira (2016):

Na área de libras, a sala disponibiliza de ensino de linguagens e de códigos específicos tanto de comunicação, sendo assim caracterizado, como um serviço da Educação Inclusiva que pode contribuir para a exploração do tema, como identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade, que tem como objetivo eliminar as barreiras para que o aluno tenha uma participação plena (Oliveira, 2016, *online*).

Pode-se compreender que as necessidades não sejam entendidas como uma barreira, mas como especificidades que deve ser atendida de um modo

particular. Dessa forma o atendimento educacional especializado, tem como função de acordo com o INEP (2022), “identificar elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos.”

Esclarecendo que as salas de AEE não é um reforço escolar, mas uma sala que tem como objetivo principal eliminar barreiras e limitações que o educando possui na sala de ensino regular, assim o pedagogo atuante elabora atividades específicas para cada um dos seus educandos. Esse profissional da educação tem que ter um olhar sensibilizado, compreensivo e adaptador acerca das atividades e convívio social. Cada deficiência possui suas particularidades e singularidades, mas isso não torna o aluno um ser inerte, ele pode aprender, ensinar, e desenvolver as suas habilidades.

Pode-se perceber que a sala de AEE é de fundamental importância para garantir um acesso de qualidade na vida das crianças e comunidade que participa ativamente das instituições de ensino. [...] na sala de AEE o docente é o mediador e o mentor dos alunos, onde ele e o professor venha a identificar as barreiras que eles enfrentaram juntos no contexto educacional e que essas barreiras impedem ou mesmo limitam de participar ativamente dos desafios e da aprendizagem do aluno dentro da escola (Oliveira, 2016, *online*)

No entanto nem todo docente se preocupa se esse aluno com deficiência realmente está sendo incluído na sala regular da maneira que está estabelecido pelo decreto 6.094/2007, que destaca a garantia do acesso e permanência no ensino regular e o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos para fortalecer a inclusão educacional nas escolas públicas, muitas vezes o aluno apenas é colocado na mesma sala que as outras crianças sem nenhuma adaptação nas suas atividades, fazendo com que ele seja excluído dessas atividades e de poder participar com os seus colegas.

Infelizmente esse tipo de atitude ainda acontece, pois ensinar a um aluno com deficiência é um grande desafio, pois, mesmo que alunos tenham o mesmo tipo de deficiência eles podem aprender e assimilar as coisas de formas diferentes e distintas, isso não quer dizer que o aluno seja impossibilitado de aprender, mas que ele precisa de um tempo maior para compreender as atividades, alguns docentes as vezes não sabem nem qual a limitação que seu

aluno tem e apenas passam alguma atividade para que o educando permaneça em sala pra cumprir com o horário.

Essa exclusão é um dos fatores que elevam o número de abandono de alunos com deficiência do ensino regular.

A necessidade de quebra de barreiras para um trabalho colaborativo é primordial pode ajudar a quebra de estigma. A professora da sala regular não entende a inclusão escolar, e sua dificuldade de acolher o aluno é evidente, marca da descrença e reflexo de uma cultura de que a escola não é para ele. (Bedaque, 2014, p. 161. *apud* Nunes).

No entanto é necessário conscientizar os responsáveis pela criança com deficiência dos seus direitos, para assim garantir que essa criança tenha uma educação de qualidade e possa ser incluída tanto na escola como na sociedade. Conforme Oliveira (2016) afirma que “a inclusão social é um processo que contribui para a construção de um novo tipo de sociedade por intermédio de pequenas e grandes transformações, tanto em espaços físicos, mentalidade e atitude das pessoas”. Infelizmente a inclusão ainda não é 100% realidade, estamos no caminho.

2.3 O AEE e o Município

São José de Piranhas é um município brasileiro localizado no Estado da Paraíba. Situa-se na região do Sertão Paraibano, fazendo parte da microrregião de Cajazeiras. Sua população é de aproximadamente 19 mil habitantes, conforme dados mais recentes do IBGE.

A economia de São José de Piranhas é baseada principalmente na agricultura, pecuária e comércio local. A cidade também possui potencial turístico, destacando-se por suas belezas naturais, como rios e cachoeiras, além de eventos culturais típicos da região.

Atualmente no município possui 17 escolas públicas, sendo 4 escolas na zona urbana e as demais na zona rural. O município também tem 3 escolas particulares. Com relação a sala de AEE apenas funciona em duas escolas públicas e estão localizadas na zona urbana (dados fornecidos pela Secretaria de Educação do Município)

O público-alvo do Atendimento Educacional Especializado (AEE) são alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, que podem ser de natureza física, sensorial, intelectual, mental, múltipla ou com transtornos globais do desenvolvimento. Esses alunos necessitam de apoios específicos e recursos especializados para garantir seu pleno desenvolvimento educacional e social.

Para que o aluno consiga uma vaga para o atendimento no AEE, no município de São José de Piranhas é necessário que ao fazer a matrícula na sala de aula regular o responsável pela criança também preencha a matrícula do AEE, isso quando a criança já tem laudo clínico comprovando a deficiência ou transtorno globais de desenvolvimento, dessa forma o aluno passará a ser atendido na sala de AEE duas vezes por semana em horário oposto ao matriculado na sala regular. Esse atendimento funciona de forma individualizada, no qual é elaborada atividades específicas para cada aluno conforme as habilidades do estudante.

Com isso o AAE fornece equidade para o processo de inclusão, na qual a oportunidade de uma distribuição justa e imparcial dos recursos, oportunidades e direitos, levando em consideração as diferenças individuais e as necessidades específicas de cada pessoa. Dessa forma, equidade reconhece que diferentes pessoas podem precisar de suportes diferentes para alcançar a igualdade de resultados.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

É por meio da pesquisa que se pode realizar uma interpretação da realidade social, com a possibilidade de propor mudanças, como também para a sua produção (Tozoni-Reis, 2009). Dessa forma, a pesquisa possibilita dar uma importância social a uma determinada realidade, através da produção de conhecimentos.

Nesse sentido, a pesquisa científica pode ser entendida como uma atividade de ampliação desses saberes, de modo que, como defini Tozoni-Reis (2009, p. 99) é “um processo de investigação detalhado e organizado para interpretarmos o mundo natural, social, histórico ou cultural.” Em consonância, Prodanov e Freitas (2013, p. 48) conceitua como “uma atividade humana, cujo objetivo é conhecer e explicar os fenômenos, fornecendo respostas às questões significativas para a compreensão da natureza.” Assim, pode ser caracterizada, como uma atividade investigativa organizada, sistematizada e intencional, com a finalidade de produzir conhecimentos que sejam significativos para a sociedade.

Nessa perspectiva, como afirma Luckesi (1985, p. 51 *apud* Tozoni-Reis, 2009, p.8) o “conhecimento tem o poder de transformar a opacidade da realidade em caminhos “iluminados”, de tal forma que nos permite agir com certeza, segurança e previsão.” Nessa perspectiva, o conhecimento permite ampliar a compreensão e a intervenção de uma realidade, outrossim, possibilita transformar.

A partir dessas definições iniciais, ressalta-se o conceito de conhecimento científico, definido por Prodanov e Freitas (2013, p.18) como o “que busca se fundamentar de todos os modos possíveis e imagináveis, mas mantém consciência crítica de que alcança esse objetivo apenas parcialmente, não por defeito, mas por tessitura própria do discurso científico.” A busca por um saber cientificamente sistematizado e intencional, vale-se de métodos e técnicas, que conduzem a produção de conhecimentos, melhora a compreensão do fenômeno estudado e colabora para o progresso científico.

Tendo por base esses conceitos que auxiliaram no desenvolvimento do percurso deste trabalho, foi utilizado também como abordagem metodológica a pesquisa qualitativa de campo de caráter exploratório, caracterizado pelo uso de

entrevista semiestruturada com dois profissionais da Educação Inclusiva no município de São José de Piranhas/PB.

Segundo Denzin e Lincoln (2006), a pesquisa qualitativa envolve uma abordagem interpretativa do mundo, o que significa que seus pesquisadores estudam as coisas em seus cenários naturais, tentando entender os fenômenos em termos dos significados que as pessoas a eles conferem e levam em consideração concepções, princípios e emoções que fazem parte da vida humana e o contexto social em que o sujeito da pesquisa está inserido. Sendo assim, na pesquisa qualitativa o pesquisador pode envolver-se como sujeito no decorrer da pesquisa, mas sem comprometer a análise dos dados.

O espaço em que acontece o levantamento dos dados foi a sala de recursos multifuncionais que consiste em ser o ambiente em que ocorre o AEE, que é o espaço de inclusão na escola que auxilia na formação humana das crianças e adolescentes que dela fazem uso.

Dessa forma, é a partir dessa caracterização, que se fundamenta a escolha da abordagem já descrita que nos conduz para a seguinte problemática da pesquisa: Quais as contribuições do AEE no município de São José de Piranhas?

Diante dessa questão fica nítido que a pesquisa exploratória possibilita ao pesquisador uma interpretação das subjetividades e contextos sociais, históricos e culturais a partir dos dados que foram levantados por meio das entrevistas. Dessa forma Piana afirma que:

[...] a pesquisa inicia-se pela fase exploratória, que consiste em uma caracterização do problema, do objeto, dos pressupostos, das teorias e do percurso metodológico. Não busca resolver de imediato o problema, mas caracterizá-lo a partir de uma visão geral, aproximativa do objeto pesquisado. (Piana, 2009, pp. 168-169).

Na construção do aporte teórico desse estudo foi realizado um levantamento bibliográfico, a partir de pesquisas em livros, artigos científicos e revistas, com vistas a refletir sobre as concepções teóricas referentes a Educação Inclusiva e o Atendimento Educacional Especializado (AEE). Dito isso, o AEE é um serviço da educação especial brasileira oferecido às pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Este atendimento visa complementar ou suplementar a formação

desses alunos, adaptando metodologias e recursos pedagógicos específicos às suas necessidades individuais (Siluk, Pavão, 2014). Conforme Oliveira (2016) para atender às necessidades individuais desses alunos, promovendo assim sua inclusão e aprendizagem eficaz na escola regular.

Para coleta de dados, valeu-se de uma entrevista semiestruturada, que é caracterizada por Minayo (2010) como a combinação de perguntas fechadas e abertas. Nesse tipo de entrevista o entrevistado tem a liberdade para se posicionar favorável ou não sobre o tema, sem se prender à pergunta formulada. A entrevista foi realizada no final do ano de 2023, em uma sala de recursos multifuncional do município de São José de Piranhas, com dois profissionais da Educação Inclusiva. Assim sendo, as questões elencaram, informações sobre a formação dos profissionais, atuação e reflexões acerca das contribuições para a Educação Inclusiva, com foco no AEE no município de São José de Piranhas. Salienta-se, que aos participantes da pesquisa, foram encaminhados o documento de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), apresentando a temática, objetivos e as garantias de sigilo, conforme a resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde.

Portanto, ao fazer o levantamento junto aos profissionais do AEE, procurou-se responder o seguinte objetivo geral: analisar a Educação Inclusiva do município de São José de Piranhas/PB com ênfase no AEE. E os seguintes objetivos específicos: compreender sobre as políticas públicas vigentes relacionadas a Educação Especial e Inclusiva; ressaltar os desafios para que o AEE, possa avançar na perspectiva de inclusão; refletir sobre os avanços da Educação Inclusiva no município de São José de Piranhas, a partir do ano de 2023 até os dias atuais.

Portanto, o percurso utilizado procurou respeitar as características da pesquisa científica e os dados coletados foram analisados na sessão seguinte.

4. ANÁLISES

A pesquisa foi realizada na zona urbana do município de São José de Piranhas - PB a partir de uma entrevista semiestruturadas com duas profissionais que atuaram na Educação Inclusiva no ano de 2023. As entrevistas realizadas tiveram como finalidade compreender a Educação Inclusiva com foco do AEE do município.

Logo, na pesquisa realizada também foram inferidos os desafios para atuar nesse tipo de atendimento e os avanços que foram obtidos a partir do ano de 2023 na Educação Inclusiva.

Para melhor leitura, sigilo dos entrevistados e compreensão do texto fazemos a utilização de nomes fictícios dos sujeitos que participaram da pesquisa, denominadas por um tipo de borboleta, uma como borboleta Esmeralda e a outra borboleta Azulão.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008, assegura o direito ao AEE pelo Decreto 7611/2011 e pela Resolução nº 04/2009 Conselho Nacional de Educação/Conselho de Educação Básica (CNE/CEB) e pela Constituição de 1988 definindo que:

Art. 5º O AEE é realizado, prioritariamente, nas salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns, podendo ser realizado, em centro de atendimento educacional especializado de 6 instituição especializada da rede pública ou de instituição especializada comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com a secretaria de educação ou órgão equivalente dos estados, do Distrito Federal ou dos municípios. (Brasil, 2009).

Apesar de todo apoio legal para o avanço na Educação Especial Inclusiva Mantoan (2006) afirma, que existe vários entraves:

Entre esses entraves estão: a resistência das instituições especializadas a mudanças de qualquer tipo; a neutralização do desafio à inclusão, por meio de políticas públicas que impedem que as escolas se mobilizem para rever suas práticas homogeneizadoras, meritocráticas, condutistas, subordinadoras e, em consequência, excludentes; o preconceito, o paternalismo em relação aos grupos socialmente fragilizados, como o das pessoas com deficiência. (Mantoan, p.2, 2006).

Para iniciar as análises da resposta dos entrevistados foi perguntado qual graduação eram formados e se possui algum tipo de especialização, a borboleta Azulão é graduado em geografia, especialista em modalidades de ensino com diversos cursos de capacitação pela FUNAD; já a borboleta Esmeralda é pedagoga, pós-graduada em psicopedagogia clínica institucional, Mestre em educação e com diversos cursos de capacitação e aperfeiçoamento.

Ao questionar como está a educação inclusiva no município borboleta Esmeralda relata que houve alguns avanços a partir de 2023:

[...] onde a secretária Municipal de Educação, já estava à procura de uma pessoa para coordenar a Educação Inclusiva no município, na qual necessitava de uma pessoa capacitada para poder auxiliar nesse mundo que é a educação pública. Uma das mudanças foi a contratação de profissionais de apoio para os alunos com neurodiversidades, que pensando em uma qualidade eficiente no ensino foi exigido para esses profissionais a graduação em Pedagogia; outra conquista foi a possibilidade de reabertura de uma sala de recurso para funcionar o AEE em 2024.

Já a borboleta Azulão (2023) afirma que, “só depois da contratação da coordenadora no ano de 2023 iniciou alguns avanços na inclusão dos alunos com deficiência”. Analisando a lei de nº13.146/2015 o presente município está trabalhando para a garantia de inclusão do aluno com neurodiversidade, conforme determina no Estatuto da Pessoa com Deficiência garantido no artigo Art. 27:

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem. (Brasil, 2015).

Dando continuidade a entrevista, foi perguntado as entrevistadas sobre o tempo de atuação na educação inclusiva do município. Ambos responderam que atuam há um ano na Educação Inclusiva. Borboleta Esmeralda afirma que atualmente tem 63 alunos matriculados na rede municipal de ensino que possui algum tipo de neurodiversidade, na qual apenas 16 desses alunos são atendidos na sala de recurso multifuncional. Ressaltando que esse serviço é oferecido no turno oposto da sala regular, e não é obrigatório frequentar, assim fica a critério do responsável matricular e levar a aluno a esse tipo de atendimento.

Sobre o tipo de assistência que o município oferece ao AEE, borboleta Azulão (2023) afirma que até o ano passado (2023) a assistência pela Secretaria

Municipal de Educação era insuficiente, visto que após a contratação da coordenadora para a Educação Inclusiva ocorreu, melhorando assim, o serviço. Além disso borboleta Azulão observou que as crianças tiveram direito a um novo profissional na educação: os cuidadores. Esses profissionais já começaram a auxiliar na sala de aula regular, dando suporte aos alunos que precisasse de seus serviços na área da educação inclusiva. A borboleta Esmeralda (2023) afirma que durante o ano de 2023 iniciou uma preocupação com a formação continuada dos docentes na qual município obteve parceria com a Fundação Centro Integrado de Apoio à Pessoa com Deficiência (FUNAD), localizado na cidade de João Pessoa/PB, entre seus serviços o de proporcionar cursos de capacitação. A borboleta Esmeralda (2023) e a Borboleta Azulão também procuraram fazer o curso básico da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) na UFCG. Esse curso também foi oferecido para a professora de uma escola, para a mãe de aluno surdo e para a criança surda do município. Lembrando que foi uma parceria entre o Núcleo Incluir do CFP/UFCG com a Secretaria de Educação do Município de São José de Piranhas/PB. Assim os recursos pela Secretaria Municipal de Educação vão sendo oferecidos de acordo com a demanda que vão surgindo.

Outro ponto foi os desafios para trabalhar com Educação Inclusiva com ênfase no AEE, de acordo com borboleta Azulão (2023),

[...] os desafios são as múltiplas deficiências que exigem uma dedicação específica, primeiro para compreender qual o tipo de deficiência e depois elaborar atividades adaptadas para o público-alvo, e uma constante formação para poder atuar no AEE.

A borboleta Esmeralda relata que atualmente o maior desafio e a falta de conhecimento para os profissionais da educação, não são apenas os docentes, mas também para todos os profissionais que atuam na escola, que na maioria das vezes, não sabem como lidar com pessoas com deficiência.

Colaborando com o pensamento da borboleta Esmeralda Mantoan (2006) destas outras barreiras que impedem a transformação de nossas escolas:

o corporativismo dos que se dedicam às pessoas com deficiência e a outras minorias, principalmente dos que tratam de pessoas com deficiência mental; a ignorância de muitos pais, a fragilidade de grande maioria deles diante do fenômeno da deficiência de seus filhos. (Mantoan, p. 2, 2006).

Diante do contexto da inclusão escolar é relevante a parceria da família com a escola, para assim obter resultados de inclusão mais eficientes. Ambos os entrevistados afirmaram que esta participação dos responsáveis é insuficiente, pois os pais que não aceitam o diagnóstico do seu filho e outros que não tem conhecimento do que fazer e o que a criança tem acabam tratando a deficiência como uma doença. Na qual defender a inclusão conforme Mantoan (2006) e uma obrigação de todos nós cidadãos pertencentes a essa sociedade

Nossa obrigação é fazer valer o direito de todos à educação e não precisamos ser corajosos para defender a inclusão, porque estamos certos de que não corremos nenhum risco ao propor que alunos com e sem deficiência deixem de frequentar ambientes educacionais à parte, que segregam, discriminam, diferenciam pela deficiência, excluem – como é próprio das escolas especiais (Mantoan, p.04, 2006)

Analisando que a inclusão no contexto educacional no município teve avanços significativos a partir de 2023, ainda não é o resultado que se gostaria de ter, mas é acreditando no processo que se alcança o propósito.

Concluindo a análise das entrevistas é essencial ressaltar que até o ano de 2023 no município de São José de Piranhas o AEE era visto apenas como um serviço educacional sem muita relevância, mas depois das mudanças implantadas pela Secretaria de Educação e com a atuação e olhar da coordenadora da Educação Inclusiva no município, esse atendimento passou a ser uma importante ferramenta para a efetivação de políticas voltadas para inclusão, como a implementação de mais uma sala de AEE em uma das escolas do município, totalizando, assim, duas salas para acompanhamentos das crianças com deficiência.

Vale salientar que é na sala de recursos que os alunos que têm problemas de aprendizagem ou que possuem alguma deficiência, tem as suas habilidades aprimoradas, acreditando na capacidade de aprender e possuir um olhar sensível as suas limitações por parte do educador. As políticas educacionais inclusivas promovem a equidade e o acesso igualitário à educação para todos os estudantes, incluindo aqueles com deficiência. Os entrevistados também destacaram a necessidade de formação continuada e apoio adequado aos profissionais envolvidos no AEE, para que possam oferecer suporte eficaz e personalizado aos alunos.

Por fim, as entrevistas sublinharam a importância de uma abordagem colaborativa e multidisciplinar no desenvolvimento de estratégias e práticas educacionais inclusivas. Ao integrar diferentes perspectivas e experiências, podemos promover um ambiente educacional mais acolhedor e eficaz para todos os estudantes, independentemente de suas necessidades individuais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No percurso deste trabalho, buscou-se refletir sobre a importância do Atendimento Educacional Especializado no município de São José de Piranhas, em que foi possível observar, que durante o ano de 2023 a educação inclusiva do município teve alguns avanços, após a contratação da coordenadora para a Educação Inclusiva, que possui um olhar de acessibilidade visando a inclusão dos alunos com deficiência no processo educacional de uma forma efetiva.

Diante do exposto analisado na pesquisa a importância do Atendimento Educacional Especializado (AEE), foi possível observar o relevante desempenho desse atendimento para a inclusão e no desenvolvimento educacional de alunos com necessidades educacionais específicas. Sua importância pode ser compreendida através de diversos aspectos que impactam diretamente a qualidade da educação e o bem-estar dos estudantes.

O AEE garante que todos os alunos, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sensoriais ou emocionais, tenham acesso equitativo à educação. Ao oferecer suporte especializado, adaptado às necessidades individuais de cada estudante, o AEE proporciona condições para que eles possam participar ativamente das atividades educacionais e sociais da escola. Isso não apenas promove a inclusão social, mas também fortalece a diversidade dentro do ambiente escolar, enriquecendo a experiência de aprendizado para todos os alunos, contribuindo significativamente para o desenvolvimento integral dos alunos. Ao adaptar o currículo e utilizar metodologias pedagógicas diferenciadas, o AEE atende às especificidades de aprendizagem de cada estudante, promovendo seu crescimento acadêmico, social, emocional e físico. Essa abordagem individualizada não apenas maximiza o potencial de cada aluno, mas também os prepara para uma participação plena na sociedade, proporcionando-lhes habilidades essenciais para a vida adulta e para o mercado de trabalho.

A pesquisa tem como objetivo geral analisar a Educação Inclusiva no município de São José de Piranhas com ênfase no AEE, baseando-se nas políticas educacionais vigentes e nas respostas dos entrevistados foi possível compreender que a Secretaria de Educação Municipal tem essa preocupação de

buscar uma educação de qualidade e acessibilidade para todos de forma que inclua as pessoas com deficiência.

Apesar dos desafios para a inclusão com equidade nesse processo educacional, deve-se entender que todo processo existe uma demanda de tempo, para conseguir as mudanças desejadas, acreditando que o impossível só existe para quem desiste de tentar. Assim, o Atendimento Educacional Especializado não é apenas essencial para garantir o direito à educação de todos os alunos, mas também para promover um ambiente educacional enriquecedor, inclusivo e preparatório para os desafios do mundo contemporâneo. Investir no AEE é investir no futuro de uma sociedade mais igualitária e capacitada para acolher e valorizar as diferenças individuais de cada um de seus membros.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto Nº 7.611. **Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.** Brasília, 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm. Acesso em 02 fev. 2023.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Brasília, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em 02 fev. 2023.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2024

BRASIL. Ministério da Educação. **Conselho Nacional de Educação.** Resolução nº 4, de 02 de outubro de 2009. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Portal MEC, Brasília, DF, out. 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf. Acesso em: 17 out. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes operacionais da educação especial para o atendimento educacional especializado na educação básica.** Decreto nº 6.571, de 18 de setembro de 2008.

BRASIL. **Conselho Nacional de Educação.** Resolução CNE/CEB 4, de 13 de julho de 2009. Define Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília, DF, 2009. http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11037-doc-orientador-multifuncionais-pdf&category_slug=junho-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em 10 de out. 2023.

LUCKESI, Carlos Cipriano. Fazer Universidade: uma proposta metodológica. São Paulo: Cortez, 1985. In: TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. **Metodologia da Pesquisa.** 2. ed. Curitiba: IESDE Brasil S.A. 2009.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér; PRIETO, Rosangela Gavioli; ARANTES, Valéria Amorim. **Inclusão Escolar: Pontos e Contrapontos.** São Paulo: Summus, 2006

MILANEZ, Simone Ghedini Costa. OLIVEIRA, Anna Augusta Sampaio de. MISQUIATTI, Andréa Regina Nunes. **Atendimento educacional especializado para alunos com deficiência intelectual e transtornos globais do desenvolvimento.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013.

NUNES, Anna Paula de Paiva; NEGÓCIO, Polianny Agne de Freitas.

A importância e o papel do atendimento educacional especializado (AEE) e do auxiliar na educação de crianças com deficiência. Universidade Estadual do Rio Grande do Norte, p. 1-12, 2015. Disponível em: [https://www.uern.br/controladepaginas/edicaoatual/arquivos/36784_artigo_ii_semina%C2%A1rio_potiguar_\(polianny_e_anna_paula\).pdf](https://www.uern.br/controladepaginas/edicaoatual/arquivos/36784_artigo_ii_semina%C2%A1rio_potiguar_(polianny_e_anna_paula).pdf). Acesso em: 01 de jan. 2024

OLIVEIRA, José Jenkis da Silva. OLIVEIRA, Adriana Maria Markan Silva Gaspar de. **A importância do atendimento educacional especializado (AEE) na perspectiva da educação inclusiva nas escolas de ensino da rede pública de Camocim.** Disponível em: https://prpi.ifce.edu.br/nl/_lib/file/doc2490-Trabalho/ARTIGO%20PRONTO%20INCLUS%C3O1.pdf. Acesso em 07/02/2024

OLIVEIRA, Maxwell Ferreira de. **Metodologia científica: um manual para a realização de pesquisas em administração.** Catalão: UFG, 2011. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/567/o/Manual_de_metodologia_cientifica_-_Prof_Maxwell.pdf Acesso em 07/10/2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração dos direitos das pessoas deficientes.** Resolução aprovada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, 9 de dezembro de 1975. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec_def.pdf. Acesso em: 19 de fev. de 2024.

PIANA, MC. A construção do perfil do assistente social no cenário educacional [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 233 p., página da citação: 122. Disponível em: .

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** 1. ed. -- São Paulo: Cortez, 2013.

PRODANOV, Cleber Cristiano. FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico.** 2. ed. -- Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

Sasaki, R. K. (1997). Inclusão: **A construção de um novo paradigma.** 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora WAK. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/10/9/da-integracao-a-inclusao-novo-paradigma>. Acesso em 20/02/2024

SILUK, A. P; PAVÃO, S. M. O, T. A formação de professores a distância: ser professor na contemporaneidade- deveres e fazeres na educação especial In: Siluk, Ana Cláudia Pavão (Org.). **Atendimento Educacional Especializado - AEE: contribuições para a prática pedagógica.** 1.ed. Santa Maria: Laboratório de pesquisa e documentação-CE. Universidade Federal Santa Maria, 2012

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. **Metodologia da Pesquisa**. 2. ed. Curitiba: IESDE Brasil S.A. 2009.

TURCHIELLO, P.; SILVA, S. S. M; GUARESCHI, T. Atendimento Educacional Especializado. In: Siluk, Ana Cláudia Pavão(Org.). **Atendimento Educacional Especializado -AEE**: contribuições para a prática pedagógica. 1.ed.Santa Maria: Laboratório de pesquisa e documentação-CE. Universidade Federal Santa Maria,2012

APÊNDICE I TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIMENTO



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE-UFCG
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES-CPF
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO-UAE
CURSO DE PEDAGOGIA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado a participar como voluntário (a) da pesquisa de TCC "EDUCAÇÃO INCLUSIVA: A IMPORTÂNCIA DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO(AEE) NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DE PIRANHAS", da pesquisadora Ana Paula de Sousa Ferreira Berto, orientada pela professora Dra. Nozângela Maria Rolim Dantas e vinculado ao Centro de Formação de Professores(CFP), da Universidade Federal de Campina Grande(UFCG).

Sua participação é voluntária e você poderá desistir a qualquer momento, retirando seu consentimento, sem que isso lhe traga nenhum prejuízo ou penalidade. Este estudo tem por objetivo analisar as contribuições do atendimento educacional especializado na sala de recurso no município de São José de Piranhas e essa pesquisa faz necessário para refletir como está sendo trabalhada a inclusão dessas crianças em parceria com a sala de aula regular, observando que a cidade possui mais 20 mil habitantes possui apenas uma única sala de recurso que funciona o AEE e a cada ano o público só aumenta na cidade.

O (a) Sr (a) não terá nenhuma despesa e não receberá nenhuma remuneração. Mas, se aceitar participar, contribuirá com a reflexão sobre a contribuição do atendimento educacional especializado no município de São José de Piranhas, e valorizando o profissional que se dedica para tem grande avanços na inclusão diante desse trabalho na sala de AEE.

Todas as informações obtidas serão sigilosas e seu nome não será identificado em nenhum momento. Os dados serão guardados em local seguro e a divulgação dos resultados será feita de maneira que não permita a identificação de nenhum voluntário.

Esta pesquisa atende às exigências das Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), as quais estabelecem diretrizes e normas regulamentadoras para pesquisas envolvendo seres humanos. Atende também as orientações do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Centro de Formação de Professores (CFP) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), órgão colegiado interdisciplinar e independente de caráter consultivo, deliberativo e educativo, que tem como foco central defender os interesses e a integridade dos participantes voluntários de pesquisas envolvendo seres humanos e, conseqüentemente, contribuir para o desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos.

Você ficará com uma via rubricada e assinada deste termo e qualquer dúvida a respeito desta pesquisa, poderá ser requisitada ao Orientador (a), Nozângela Maria Rolim Dantas (UAE/CFP/UFCG), fone: (83)993625272, Email: nozangela.maria@professor.ufcg.edu.br ou com o/a pesquisador/a responsável pela pesquisa, cujos dados para contato estão especificados abaixo:

Dados para contato com o responsável pela pesquisa

Nome: Ana Paula de Sousa Ferreira Berto

Instituição: Universidade Federal de Campina Grande

Endereço Pessoal: Prefeito Joaquim Assis, Centro, São José de Piranhas

Telefone:(83)99156-9262

E-mail:anasousasjp@hotmail.com

Declaro que estou ciente dos objetivos e da importância desta pesquisa, bem como a forma como esta será conduzida, incluindo os riscos e benefícios relacionados com a minha participação, e concordo em participar voluntariamente deste estudo.

LOCAL E DATA

Assinatura ou impressão
datiloscópica do voluntário ou
responsável legal

Nome e assinatura do responsável
pelo estudo

APÊNDICE II ENTREVISTAS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE-UFCG
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES-CPF
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO-UAE
CURSO DE PEDAGOGIA

QUESTIONÁRIO

1. Qual a sua graduação?
2. Possui algum tipo de especialização? Qual?
3. Como considera que está a Educação Inclusiva no município?
4. Qual o público-alvo do Atendimento Educacional Especializado (AEE)? Qual a maior demanda?
5. O município oferece algum tipo de assistência para esse serviço?
6. Quais os maiores desafios para trabalhar na inclusão das crianças com deficiência?
7. Qual a importância do AEE para as crianças com deficiência no município?
8. Quais os avanços você percebeu na Educação Inclusiva a partir do ano de 2023?